

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

29 de março de 2022



Está cada vez mais caro viver e o Governo não faz nada. A população mais pobre amarga uma inflação mais elevada no acumulado de 12 meses. O avanço dos preços para a renda muito baixa chegou a 10,9% até fevereiro.

A despesa com comida tem maior impacto no orçamento dos mais pobres. O Ipea lembra que houve aumentos em produtos como feijão (9,4%), farinha de trigo (2,8%), biscoito (2,3%), macarrão (1,1%) e pão (1%). Também ficaram mais caros os legumes, em especial batata (23,5%), cenoura (55,4%) e repolho (25,7%), e café (2,5%) e leite (1%) também.

1 Na verdade, o Governo faz muito sim, mas pelos deputados aliados, pelos seus próprios interesses e para o presidente tentar a reeleição. O redesenho das relações entre Planalto e Congresso na gestão atual foi até tema do [podcast Café da Manhã](#), da Folha. Nele, a professora Andréa Freitas (USP) fala em como o legislativo ampliou o seu domínio sobre o Orçamento federal e hoje o diálogo é ainda mais fragmentado.

Ao contrário de uma fala recente de Lula, concordamos com Freitas de que o que vemos não é um Legislativo fragilizado e sim que se abstém da defesa dos direitos sociais para defender seus interesses particulares.

Falando em interesses, em 20 dias de janela partidária, mais de 10% dos deputados trocaram de partido na Câmara. E mesmo com as denúncias de propina para lideranças religiosas, o líder do Governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), defendeu permanência do Ministro da Educação no cargo. As denúncias geraram uma enxurrada de requerimentos na Câmara pedindo esclarecimentos.

E com todo esse cenário desolador, ainda temos que lidar com os retrocessos na pauta de representação feminina. A PEC 18/2021 entra em pauta esta semana, com relatório favorável da deputada Margareth Coelho (PP/PI).

Hoje, o crescimento da participação feminina na política depende de regras sobre o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres e patamar proporcional para a distribuição da verba eleitoral para as campanhas delas – conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de 2018.

No entanto, a PEC 18/2021 anistia os partidos que descumpriram essas cotas e flexibiliza as regras nas próximas eleições. Além disso, fixa em 30% a cota quando a nossa luta é pela paridade.

O projeto foi citado nos debates promovidos pela Câmara na semana passada. E apesar de toda a pressão da sociedade civil, tem grandes chances de ser aprovada.

A chacota da semana foi a entrega do Diploma Bertha Lutz para a primeira-dama, Michele Bolsonaro. Pelo menos, a premiação das outras 20 mulheres incluiu nomes que valem ser celebrados na luta das mulheres, como o de Jurema Werneck, da Anistia Internacional. E teve festa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que comemorou seus 100 anos de história em Niterói, no Rio de Janeiro. O aniversário contou com a presença de parlamentares de esquerda de todos o Brasil e a militância do partido.

Em pauta na semana

28 a 31 de março

Está na **pauta do Plenário** da Câmara a PEC 18/2020, sobre a aplicação do fundo partidário destinado à promoção e difusão da participação feminina na política.

Ela crava na Constituição os 30% de cotas para as mulheres e anistia os partidos políticos a não aplicação do fundo para as mulheres até a aprovação da própria PEC. Apesar de intensa oposição das organizações de mulheres e de defesa da democracia, a PEC tem relatório favorável de Margarete Coelho (PP/PI). Mais um lamentável retrocesso na agenda. Lembrando que a nossa defesa é pela paridade e estabelecer 30% como teto é limitar as possibilidades de avançarmos.

Está na **pauta do Plenário da Câmara** também o **PL 4251/2021**, do deputado Bosco Costa (PL-SE). Ele institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER). A relatora é a deputada Vivi Reis (PSOL-PA).

Já na **pauta do Senado**, temos o **PL 6554/2019** (PL 374/2014), da ex-senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal. O relator é o Senador Marcelo Castro (MDB/PI).

Teremos também o PRS 36/2021, da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), que altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina nas Comissões Permanentes e Temporária. A relatora é a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB).

3 Empresas com mais de 250 empregados podem ser obrigadas a divulgar a diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres. A **medida, inspirada na nova legislação trabalhista do Reino Unido**, está prevista no **Projeto de Lei do Senado (PLS) 205/2018**, da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). Está na pauta do Senado.

ALERTA: Aécio Neves quer (de novo) comissão para discutir a PEC 181/2015

A PEC 181/2015 teve nova movimentação no último dia 23 de março. O autor, deputado Aécio Neves (PSDB/MG) apresentou requerimento para a criação da Comissão Especial destinada à discussão da proposta.

No ano passado ele fez exatamente a mesma movimentação, quase na mesma data, mas a pressão dos movimentos não deixou o projeto andar.

Lembrando que a PEC 181 surgiu com o intuito de assegurar que mães de bebês prematuros possam ter direito a mais dias de licença-maternidade, mas acabou virando uma ferramenta política para tentar estabelecer a vida desde a concepção.

Resultados da semana

21 a 25 de março

Foi aprovado no Senado o [PL 1360/2021](#), a Lei Henry Borel. A proposta traz, além do aumento de pena para crimes contra crianças e adolescentes, uma série de medidas protetivas e alterações no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O projeto retorna para análise na Câmara dos Deputados.

Outro projeto aprovado no Senado foi o que impacta no tema do cuidado é o [PL 4392/2021](#), que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami). Ele segue para a Câmara.

Foi aprovado também o [PL 4287/2020](#), que inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). O texto agora vai à sanção da Presidência da República.

Novas propostas apresentadas

Lá vem os fundamentalistas

Chris Tonietto (União/RJ) voltou a se movimentar. Apresentou o [PL 633/2022](#) junto a Daniel Silveira (União/RJ) e General Girão (União/RN). O projeto tipifica o crime de submissão de criança ou adolescente a atuação cinematográfica, televisiva, teatral, de dança, ou de qualquer outra forma, comercial ou não, que fira sua dignidade sexual, mesmo que de modo implícito ou simulado.

É dela também os requerimentos [REQ 404/2022](#) e [REQ 414/2022](#). O primeiro para homenagear do Dia de Nossa Senhora Aparecida e o outro para realizar sessão solene em homenagem ao nascituro. Os requerimentos são assinados também pelo deputado Altineu Cortes (PL/RJ). Já Diego Garcia (REPUBLIC/PR) que disputa com Tonietto a fama de maior fundamentalista dessa legislatura, apresentou o [REQ 348/2022](#), que requer a realização de Sessão Solene da Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia Internacional da Família.

Violência contra as mulheres

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, o Senador Nelsinho Trad - PSDB/MS apresentou o [PL 3154/2019](#) que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre campanhas de conscientização e prevenção da violência doméstica e familiar nos estabelecimentos de ensino.

Já o Capitão Alberto Neto (PL/AM) (de novo ele) apresentou o [PL 638/2022](#). O projeto proíbe a nomeação, para cargos e empregos públicos, de pessoas condenadas pelo crime de estupro e de pessoas condenadas com fundamento na Lei Maria da Penha.

Patrick Dorneles (PSD/BA) tem uma dúvida parecida com a nossa. *O que o Ministério da Justiça e da Segurança Pública está fazendo pelas vítimas de violência doméstica?* Essa é a pergunta do Requerimento de Informações [RIC 130/2022](#). O deputado também questiona que ações estão destinadas para idosos e pessoas com deficiência no Brasil no ministério.

E não sabemos nem como começar a questionar o [PL 681/2022](#). De autoria de Loester Trutis (PL/MS) autoriza a aquisição, a posse e o porte de lâmina de até 10 centímetros para mulheres, desde que não possua antecedentes criminais, apresente comprovação de ocupação e endereço fixo. Segundo a justificativa, *“o projeto de lei foi construído com o objetivo de propiciar o exercício constitucional da legítima defesa”*.

Direitos das pessoas trans

Alexandre Frota (nossa eterna surpresa) apresentou o [PL 716/2022](#) para garantir a mudança de nome e sexo nos documentos a qualquer pessoa que atingir a maioridade. Aliás, [vale a pena ler a entrevista dele para o Universo sobre como “amadureceu para as questões de gênero”](#).

Na contramão de Frota, o deputado Alex Santana - PDT/BA apresentou o [PL 684/2022](#) para obrigar que os critérios de idade e tempo de contribuição para fins de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) deverão ser observados de acordo com o sexo biológico de nascimento, na concessão dos benefícios de aposentadoria de pessoas que obtiverem mudança de gênero no registro. Bem transfóbico.

Proteção e atendimento às pessoas que precisam de cuidados

Mário Heringer - PDT/MG apresentou o [PL 697/2022](#) que quer assegurar atendimento domiciliar a pessoa com deficiência em condição de extrema pobreza e determinar a plena divulgação do direito ao atendimento domiciliar pelos órgãos e entidades responsáveis.

A Senadora Simone Tebet também está preocupada com as pessoas com deficiência. Mas o projeto dela, o [PL 4438/2021](#) pretende estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência.

Mais um projeto sobre a profissão de doula

A Senadora Mailza Gomes - PP/AC apresentou o [PL 3946/2021](#) sobre o exercício da profissão de doula.

Medidas do Executivo Federal publicadas

Publicação DOU 25/03: [Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020](#), que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O governo editou na última sexta-feira (25) a [Medida Provisória nº 1.108, de 25 de março de 2022](#) disciplinando o trabalho híbrido (presencial e remoto), a fim de dar maior segurança jurídica a esse tipo de relação trabalhista, e endurecendo os critérios de concessão do auxílio-alimentação.

Vale a pena conferir!

A Secretaria da Mulher da Câmara realizou uma série de audiências públicas sobre os [Avanços Legislativos e Candidaturas Femininas](#).

[Entrevista de Débora Diniz](#) para a Ilustríssima sobre aborto e seu novo livro, em parceria com Ivone Gebara.



Radarelaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).